ISSN: 2358-8829

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA: EVIDÊNCIAS DE UM ESTUDO DE CASO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA, CEARÁ

Pryscyla Aragão Abreu Freitas [1]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação, reconhecendo que todos os estudantes devem ter acesso à escola, participar das atividades pedagógicas e desenvolver suas potencialidades, independentemente de suas características individuais. A efetivação desse princípio exige o enfrentamento de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais que historicamente dificultaram a escolarização das pessoas com deficiência.

No Brasil, a construção das políticas de educação inclusiva está relacionada a mudanças legais, institucionais e pedagógicas que reafirmam o direito à escolarização em classes comuns do ensino regular. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel relevante ao oferecer recursos e estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao currículo, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) constituem espaços destinados à organização da oferta do AEE nas escolas. Entretanto, a existência desses ambientes e a disponibilização de recursos pedagógicos não garantem, isoladamente, a consolidação de práticas inclusivas. Sua efetividade depende das condições institucionais, da formação dos profissionais, da atuação da gestão escolar e da articulação entre o atendimento especializado e o trabalho desenvolvido nas salas de aula regulares. A análise dessa política exige, portanto, considerar não apenas suas diretrizes normativas, mas também as experiências dos profissionais que participam de sua implementação.

[1] Professora Efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME). Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará; professorapryscyla@gmail.com.

As percepções da gestão escolar e das professoras do AEE permitem compreender como as orientações da política pública são interpretadas e incorporadas ao cotidiano da instituição, bem como os desafios que atravessam a oferta do atendimento especializado, diante disso, este estudo teve como objetivo compreender as percepções do gestor escolar e das professoras do AEE acerca das contribuições desse atendimento para a inclusão escolar em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, Ceará.

A relevância da investigação está na possibilidade de analisar o papel das SRMs a partir das experiências dos profissionais diretamente envolvidos na organização e na execução do atendimento. Ao privilegiar essas vozes, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre as condições necessárias ao fortalecimento da educação inclusiva, considerando tanto as potencialidades do AEE quanto os limites institucionais que interferem em sua implementação, além desta introdução, o artigo apresenta a metodologia, o referencial teórico, os resultados e a discussão e, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva (Gil, 2008) com abordagem qualitativa (Minayo, 2001) orientada pelos princípios da Avaliação em Profundidade (Rodrigues, 2008; Gussi; Oliveira, 2016), concebida não como instrumento de mensuração de resultados, mas como abordagem interpretativa e crítica das políticas públicas, sustentando uma perspectiva contra hegemônica de avaliação. A investigação configurou-se como estudo de caso desenvolvido em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, tomando como objeto de análise as percepções do gestor escolar e das professoras responsáveis pelo AEE nas SRMs.

Os participantes desta pesquisa foram o gestor escolar e duas professoras que atuam nas SRMs. A seleção desses sujeitos decorre de suas experiências na organização da escola e na oferta do AEE, permitindo reunir perspectivas complementares sobre o funcionamento do serviço, suas contribuições e seus desafios. Para preservar a identidade dos participantes, são utilizados nomes fictícios, conforme adotado na pesquisa original.

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com o gestor escolar e as duas professoras do AEE. Esse instrumento possibilitou abordar questões relacionadas à organização das SRMs, às práticas pedagógicas desenvolvidas,

às contribuições percebidas para a inclusão dos estudantes, à articulação entre os profissionais e às dificuldades encontradas na implementação do atendimento.

A análise das entrevistas foi conduzida de forma interpretativa, considerando os temas recorrentes, as aproximações e as diferenças entre as percepções dos participantes. As narrativas foram relacionadas ao contexto institucional e às orientações da política de educação inclusiva, em consonância com os princípios da Avaliação em Profundidade. Essa articulação possibilitou compreender os sentidos atribuídos ao AEE pelos profissionais e as tensões entre as finalidades previstas para o serviço e as condições de sua concretização.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

A educação inclusiva pressupõe a garantia do direito à educação em condições de igualdade, com reconhecimento das diferenças e enfrentamento das barreiras que limitam a participação e a aprendizagem dos estudantes. Essa concepção exige que a escola organize suas práticas, seus recursos e seus processos pedagógicos de modo a responder à diversidade presente no ambiente escolar. No Brasil, esse princípio encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 e foi fortalecido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, que reafirma o direito das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 1988, 2009).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, fortaleceu a orientação de que os estudantes público-alvo da educação especial devem frequentar o ensino regular e receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar à escolarização, conforme suas necessidades (BRASIL, 2008). Posteriormente, o Decreto nº 7.611/2011 estabeleceu disposições relativas à educação especial e ao AEE, reforçando a necessidade de organizar serviços e recursos que contribuam para a participação dos estudantes no processo educacional (BRASIL, 2011).

A discussão sobre inclusão também exige compreender a deficiência para além de uma perspectiva estritamente individual. Diniz (2007), ao abordar o modelo social da deficiência, contribui para a reflexão sobre como as barreiras sociais e ambientais

interferem na participação das pessoas com deficiência. Essa compreensão permite deslocar o foco das limitações individuais para as condições oferecidas pela sociedade e pelas instituições, incluindo a escola. Nessa perspectiva, a efetivação da inclusão exige identificar e enfrentar obstáculos que dificultam o acesso ao currículo, à convivência e às oportunidades de aprendizagem.

O AEE não deve ser compreendido como substituto da escolarização comum nem como espaço isolado do restante da instituição. Sua finalidade está relacionada à identificação e à organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuam para eliminar barreiras à participação dos estudantes no processo educativo. As diretrizes nacionais para o atendimento educacional especializado e os documentos orientadores do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais destacam a importância de organizar esse serviço em articulação com a escolarização regular (BRASIL, 2009, 2012).

Nesse sentido, a inclusão não se limita à matrícula ou à presença física do estudante na escola. Ela exige condições para que ele participe das atividades, estabeleça relações, desenvolva autonomia e tenha acesso às oportunidades de aprendizagem. Mendes (2006) ressalta a complexidade do debate sobre inclusão escolar no Brasil, evidenciando a necessidade de discutir as condições efetivas para a escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial. A efetivação desse direito depende, portanto, de mudanças nas práticas pedagógicas e na organização institucional.

Mantoan (2006) destaca a necessidade de transformar a escola para que ela acolha a diversidade dos estudantes, em vez de esperar que todos se adaptem a um modelo único de ensino. Essa perspectiva evidencia que a inclusão demanda uma revisão das concepções e práticas escolares, reconhecendo as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Assim, a responsabilidade pela inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao estudante ou ao professor especializado, pois envolve a organização da escola e o compromisso coletivo com a aprendizagem.

As Salas de Recursos Multifuncionais e a organização das práticas inclusivas

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) são espaços destinados à oferta do AEE, reunindo recursos pedagógicos e de acessibilidade que podem apoiar o desenvolvimento das habilidades dos estudantes público-alvo da educação especial. O

ISSN: 2358-8829

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais foi instituído para apoiar os sistemas públicos de ensino na organização desse atendimento, por meio da disponibilização de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos (BRASIL, 2012). Entretanto, a presença desses recursos precisa estar associada a práticas pedagógicas planejadas e às condições institucionais necessárias ao funcionamento do serviço.

A atuação das professoras do AEE exige conhecer as particularidades de cada estudante e elaborar propostas compatíveis com suas necessidades. Nesse processo, o estudo de caso e o Plano de Atendimento Educacional Especializado constituem instrumentos importantes para organizar o trabalho pedagógico e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes. As diretrizes nacionais para o AEE orientam a organização de serviços e recursos de acessibilidade voltados à eliminação de barreiras à participação dos estudantes na escola regular (BRASIL, 2009).

As orientações pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza destacam o estudo de caso como etapa de identificação e compreensão das necessidades do estudante, subsidiando a elaboração do plano de AEE (FORTALEZA, 2024). Essa organização contribui para que o atendimento não seja realizado de maneira genérica, mas considere as características, as necessidades e as possibilidades de cada sujeito. Desse modo, o planejamento do atendimento deve partir do conhecimento do estudante e da identificação de estratégias que favoreçam sua participação nas atividades escolares.

Entretanto, a existência de uma sala equipada e de profissionais especializados não assegura, por si só, a efetivação da inclusão. Baptista (2019), ao discutir a política pública de educação especial e a escolarização no Brasil, contribui para problematizar a implementação das políticas e as condições concretas em que os serviços de educação especial se desenvolvem. A consolidação de práticas inclusivas exige que as diretrizes normativas sejam acompanhadas de condições institucionais, organização pedagógica e articulação entre os profissionais envolvidos.

É necessário, portanto, que o trabalho desenvolvido nas SRMs mantenha articulação com as atividades da sala regular e com o planejamento pedagógico da escola. Miranda (2015) discute a articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o ensino comum como elemento importante para a construção de sistemas educacionais inclusivos. Essa aproximação possibilita que as estratégias organizadas no atendimento especializado dialoguem com as experiências de escolarização dos estudantes, evitando que o AEE seja desenvolvido de forma isolada.

Assim, a contribuição das SRMs deve ser compreendida em relação ao conjunto das práticas institucionais. O atendimento especializado pode favorecer o desenvolvimento da autonomia e ampliar as possibilidades de participação, mas sua efetividade também depende das condições de trabalho, da disponibilidade de recursos e da cooperação entre os profissionais. A inclusão, nessa perspectiva, constitui uma responsabilidade coletiva, que exige articulação entre gestão escolar, professoras do AEE e docentes da sala regular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização das Salas de Recursos Multifuncionais no cotidiano escolar

As entrevistas realizadas com o gestor escolar e as duas professoras do AEE possibilitaram compreender diferentes dimensões da organização das SRMs na escola investigada. As narrativas evidenciam que esse espaço desempenha função importante na estruturação do atendimento especializado e no acompanhamento das necessidades educacionais dos estudantes. A atuação das professoras envolve o reconhecimento das particularidades dos estudantes, a elaboração de estudos de caso e a organização de planos de atendimento. Esses procedimentos permitem orientar o trabalho pedagógico e identificar estratégias que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e a ampliação da autonomia.

A experiência relatada pelas professoras demonstra a importância de conhecer o percurso escolar dos estudantes e reunir informações provenientes de diferentes fontes, incluindo familiares e docentes que acompanharam anteriormente sua escolarização. Esse processo contribui para uma compreensão mais ampla das necessidades educacionais e para a organização de estratégias individualizadas. A utilização do estudo de caso e do Plano de AEE também se relaciona às orientações pedagógicas estabelecidas pela Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. Desse modo, observa-se a aproximação entre as práticas descritas pelas professoras e os instrumentos institucionais destinados à organização do atendimento especializado.

Entretanto, a organização do serviço não pode ser reduzida ao cumprimento de procedimentos administrativos. A efetividade do atendimento depende da capacidade de transformar as informações reunidas em estratégias pedagógicas que contribuam para a

participação dos estudantes nos diferentes espaços escolares. Nesse sentido, a gestão escolar exerce papel relevante ao favorecer as condições necessárias ao funcionamento das SRMs, apoiar o trabalho das professoras e promover a articulação entre os profissionais.

A implementação da política de educação inclusiva acontece em um contexto institucional específico, no qual recursos, tempos de planejamento e relações profissionais interferem nas possibilidades de realização do trabalho pedagógico. As percepções dos participantes indicam, portanto, que as SRMs representam uma estrutura importante para a oferta do AEE, mas seu funcionamento precisa estar integrado ao projeto pedagógico e às práticas desenvolvidas na escola.

Contribuições do AEE para a aprendizagem, a autonomia e a participação dos estudantes

Um dos aspectos centrais identificados nas entrevistas é o reconhecimento do AEE como elemento importante para a inclusão escolar. O atendimento especializado é compreendido pelos participantes como uma possibilidade de organizar estratégias pedagógicas voltadas às necessidades dos estudantes e de favorecer seu desenvolvimento no contexto educacional. A contribuição do AEE para a aprendizagem está relacionada à organização de atividades e recursos que considerem as particularidades dos estudantes. Ao identificar barreiras e planejar estratégias adequadas, as professoras podem ampliar as possibilidades de participação nas experiências educativas e apoiar o desenvolvimento de habilidades necessárias à escolarização.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento da autonomia. O atendimento especializado pode contribuir para que os estudantes ampliem suas possibilidades de comunicação, interação e realização de atividades, respeitando seus ritmos e suas características. A autonomia, nesse contexto, não significa ausência de apoio, mas a ampliação das condições para que o estudante participe ativamente da vida escolar.

As entrevistas também permitem compreender que a inclusão envolve mais do que a oferta de atividades específicas nas SRMs. O desenvolvimento dos estudantes depende das oportunidades de participação oferecidas no conjunto da escola, incluindo as atividades realizadas nas salas regulares e as relações estabelecidas com professores e colegas.

Desse modo, as contribuições do AEE precisam ser interpretadas em articulação com as práticas pedagógicas da instituição. Quando o atendimento especializado dialoga com as experiências escolares dos estudantes, suas estratégias podem contribuir para ampliar o acesso ao currículo e reduzir barreiras à participação.

A perspectiva inclusiva defendida por Mantoan (2006) reforça a necessidade de transformar as práticas escolares para atender à diversidade. Nessa direção, o AEE não deve assumir isoladamente a responsabilidade pela inclusão, pois essa é uma tarefa institucional que envolve a escola como um todo. As percepções do gestor e das professoras reafirmam a importância do atendimento especializado, mas também conduzem à reflexão sobre a necessidade de fortalecer as condições que permitem aos estudantes utilizar, nos diferentes espaços escolares, as habilidades e estratégias desenvolvidas no AEE.

Gestão escolar e trabalho colaborativo

A implementação da educação inclusiva exige articulação entre os profissionais que atuam na escola. Nesse processo, a gestão escolar ocupa posição estratégica, pois participa da organização dos tempos, dos espaços, dos recursos e das relações institucionais que influenciam o trabalho pedagógico. A perspectiva do gestor contribui para compreender os desafios que ultrapassam a atuação individual das professoras do AEE. A inclusão envolve decisões organizacionais, acompanhamento das necessidades dos estudantes e mobilização da equipe escolar para que as práticas inclusivas sejam incorporadas à rotina institucional.

As professoras das SRMs, por sua vez, desempenham papel fundamental na identificação das necessidades educacionais, no planejamento do atendimento e na proposição de estratégias pedagógicas. Seu trabalho pode ser fortalecido quando existe diálogo com os docentes da sala regular e possibilidade de planejamento conjunto. Entretanto, a articulação entre o AEE e o ensino regular não acontece automaticamente. Ela depende de condições concretas, como disponibilidade de tempo, espaços de planejamento, comunicação entre os profissionais e reconhecimento de que os estudantes público-alvo da educação especial são responsabilidade de toda a escola.

Quando o trabalho colaborativo não se consolida como prática institucional, as estratégias desenvolvidas no atendimento especializado podem apresentar dificuldades

de continuidade nos demais ambientes escolares. Por isso, o diálogo entre os profissionais deve ser compreendido como parte integrante da organização da inclusão, e não como uma atividade eventual ou dependente exclusivamente da iniciativa individual.

A análise também evidencia que a atuação da gestão escolar não se limita à administração de recursos. Cabe à gestão favorecer a construção de uma cultura institucional comprometida com a participação de todos os estudantes, promovendo a corresponsabilidade entre os profissionais e criando condições para o planejamento pedagógico colaborativo.

Assim, a inclusão escolar exige que as ações desenvolvidas nas SRMs sejam reconhecidas e articuladas ao trabalho pedagógico da escola. O fortalecimento dessa relação pode contribuir para superar práticas fragmentadas e ampliar a coerência entre o atendimento especializado e a escolarização dos estudantes.

Desafios institucionais para a efetivação da política de educação inclusiva

Embora os participantes reconheçam a importância do AEE, as entrevistas também evidenciam desafios que interferem na consolidação de práticas inclusivas. Entre os aspectos identificados, destacam-se as necessidades de formação continuada, o fortalecimento do trabalho colaborativo e o aperfeiçoamento das condições institucionais para a oferta do atendimento. A formação dos profissionais constitui dimensão importante desse processo. As demandas relacionadas à inclusão são diversas e exigem conhecimentos que precisam ser continuamente atualizados, considerando as características dos estudantes, os recursos de acessibilidade, as estratégias pedagógicas e as formas de organização do trabalho escolar.

A formação continuada, contudo, não deve ser compreendida apenas como responsabilidade individual dos profissionais. É necessário que as redes de ensino e as instituições criem oportunidades sistemáticas de formação vinculadas às situações concretas enfrentadas no cotidiano escolar. Esse processo pode contribuir para ampliar a segurança dos profissionais e fortalecer a construção de respostas pedagógicas coletivas.

Outro desafio diz respeito às condições de articulação entre o AEE e a sala regular. A ausência de tempos institucionais suficientes para o planejamento conjunto pode dificultar o compartilhamento de informações e a construção de estratégias comuns.

Dessa forma, o trabalho colaborativo precisa ser incorporado à organização da escola, com condições efetivas para sua realização.

As condições institucionais também envolvem a disponibilidade de recursos e a organização dos serviços de apoio necessários à participação dos estudantes. Mesmo quando há reconhecimento da importância das SRMs, limitações de recursos humanos, materiais e de infraestrutura podem restringir as possibilidades de atendimento e acompanhamento das necessidades educacionais. Esses desafios evidenciam que a qualidade da inclusão não depende exclusivamente do compromisso das professoras ou do gestor. Embora a dedicação dos profissionais seja relevante, a efetivação da política exige condições institucionais e ações da rede de ensino que sustentem o trabalho realizado nas escolas.

À luz da Avaliação em Profundidade, tais aspectos demonstram a importância de analisar a política a partir das experiências concretas de sua implementação. A existência de diretrizes e serviços especializados representa um avanço, mas é necessário examinar como essas estruturas funcionam, quais dificuldades enfrentam e de que maneira podem ser aperfeiçoadas. Portanto, o fortalecimento da educação inclusiva requer ações articuladas que contemplem a formação continuada, o planejamento colaborativo, a disponibilidade de recursos e a participação da gestão escolar. Essas medidas podem contribuir para que o AEE se consolide como parte integrante de uma proposta pedagógica comprometida com o direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender as percepções do gestor escolar e das professoras do AEE acerca das contribuições do atendimento para a inclusão escolar em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. A análise das entrevistas permitiu identificar o reconhecimento das SRMs como espaços relevantes para a organização do atendimento especializado e para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas às necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial.

As percepções dos participantes evidenciam que o AEE pode contribuir para a aprendizagem, o desenvolvimento da autonomia e a ampliação da participação dos estudantes nas atividades escolares. A organização do estudo de caso e do Plano de AEE

também se destaca como elemento importante para conhecer as particularidades dos estudantes e orientar o planejamento do atendimento.

Os resultados indicam, ainda, a relevância da gestão escolar e da atuação das professoras do AEE na implementação da política de educação inclusiva. A articulação entre esses profissionais pode favorecer o acompanhamento das necessidades educacionais e a organização de práticas pedagógicas mais coerentes com os princípios inclusivos. Por outro lado, persistem desafios relacionados à formação continuada, à consolidação do trabalho colaborativo e às condições institucionais necessárias à oferta do atendimento. Esses aspectos demonstram que a presença das SRMs, embora importante, não assegura isoladamente a efetivação da inclusão. É necessário fortalecer a articulação entre o atendimento especializado, a sala regular e a gestão escolar, além de garantir condições para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A adoção da Avaliação em Profundidade permitiu compreender a política a partir das experiências dos sujeitos envolvidos em sua implementação, valorizando as percepções profissionais e as particularidades do contexto escolar. Essa perspectiva contribui para reconhecer tanto as potencialidades do AEE quanto as contradições e os limites que atravessam sua realização cotidiana.

Conclui-se que o fortalecimento da educação inclusiva exige ações institucionais contínuas, investimento na formação dos profissionais, planejamento colaborativo e condições adequadas para o funcionamento das SRMs. A inclusão deve ser assumida como responsabilidade coletiva da escola e da rede de ensino, de modo que o direito à educação se concretize não apenas no acesso, mas também na participação e na aprendizagem dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica**. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

DINIZ, Débora**. O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação. **Orientações pedagógicas para a educação inclusiva e diversidade.** Fortaleza: SME, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breynner Ricardo de. **Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação**: uma abordagem antropológica. 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 307–324, 2006.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. Articulação entre Atendimento Educacional Especializado e o ensino comum: construindo sistemas educacionais inclusivos. **Revista Cocar**, n. 1, p. 81–100, 2015.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, 2008.